

UNIDADE 1 – OBJETIVO DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
MÓDULO 1 – CONCEITO DE ANÁLISE E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
OBRIGATÓRIAS

1 - CONCEITOS FUNDAMENTAIS

A Análise de Balanços tem por objetivo extrair informações das demonstrações financeiras para a tomada de decisões.

As **demonstrações financeiras** fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A Análise de Balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhor a informação que produzir.



Para o contador a preocupação básica é o registro das operações. Para adquirir uma máquina, por exemplo, quais os custos que irão compor o custo de aquisição, qual a taxa de depreciação, qual será sua classificação no balanço? O contador procura captar, organizar e compilar dados. Suas matérias-primas são fatos de significado econômico-financeiro expressos em moeda e o produto final é a elaboração das demonstrações financeiras.

O analista de balanços preocupa-se com as demonstrações financeiras que, por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a empresa merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou se continuará operando.



02

O processo de **tomada de decisão** relacionada a uma empresa tem início a partir da análise das suas demonstrações financeiras. Por meio dela podem ser avaliados os efeitos de certos eventos sobre a situação financeira de uma empresa. Suponha a questão: como o aumento de vendas afetou a situação

financeira da empresa? Estará ela em posição mais sólida após a obtenção de financiamento para a automação da produção?



Os **eventos econômicos** podem manifestar-se das mais variadas formas, desde a paralisação de uma fábrica até o aparecimento de um novo concorrente. O diagnóstico de uma empresa quase sempre começa com uma rigorosa Análise de Balanços, cuja finalidade é determinar quais são os pontos críticos e permitir, de imediato, apresentar um esboço das prioridades para a solução de seus problemas.

A **política financeira** de uma empresa tem reflexo nas demonstrações financeiras e por meio da sua análise podem ser conhecidos os seus objetivos. O conhecimento de tal informação é de especial relevância quando se trata de demonstrações financeiras de concorrentes, pois sua análise permite, por exemplo, descobrir que a política do concorrente é crescer o mais rápido possível para ganhar mercado, ainda que recorrendo a utilização de capitais de terceiros e com o sacrifício da rentabilidade.

Tomada de decisão

Tomada de decisão é um processo de identificar um problema específico e selecionar uma linha de ação para resolvê-lo.

03

2 - ANÁLISE DE BALANÇOS

A análise não se restringe à política de crescimento. A análise de Duplicatas a Receber, por exemplo, poderia apontar uma nova política de marketing (de crédito irrestrito a clientes ou de financiamentos a consumidores).



A Análise de Balanços permite uma visão da estratégia e dos planos da empresa analisada; permite estimar o seu futuro, suas limitações e suas potencialidades. É de primordial importância, portanto, para todos que pretendam relacionar-se com uma empresa, quer como fornecedores, financiadores, acionistas e até como empregados. A procura de um bom emprego deveria sempre começar com a análise financeira da empresa. O que adianta um alto salário inicial se as perspectivas da empresa não são boas?



Alguns interessados na análise de balanços:

Fornecedores:	Capacidade de pagamento de seu cliente (índice de liquidez).
Clientes:	Capacidade de produção e expansão do fornecedor.
Concorrentes:	Lançamento de novos produtos, construção de uma fábrica, prazo de financiamentos. Padrões.
Bancos:	Grau de endividamento, solvência.
Governo:	Concorrência pública; acompanhamento dos setores da economia, tributos etc.



O estudo **Análise de Balanços** será dividido em duas etapas:

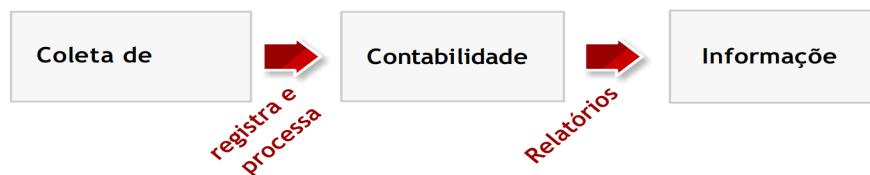
- mediante estudo de tendências (análise vertical e análise horizontal) e
- mediante estudo de índices (liquidez, endividamento, rentabilidade e atividade).

A **Contabilidade** é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Entretanto não deve ser feita visando basicamente atender às exigências do Governo, mas, o que é muito mais importante, auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Podemos conceituar contabilidade como a ciência que visa registrar e controlar todos os acontecimentos verificados no patrimônio de uma empresa. Entende-se como patrimônio o conjunto de bens, direitos e obrigações.

A partir deste conceito podemos definir que a **função básica da contabilidade** é produzir informações úteis aos seus usuários para auxiliar a tomada de decisões.

A **contabilidade** é o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade.

Decisão	Comprar ou alugar uma máquina?
	Qual o preço do produto?
	Aumentar ou diminuir a produção?
	Cortar produtos?
	A empresa é rentável?
	A empresa tem condições de pagar suas contas?



Bens

Bens são as coisas úteis, capazes de satisfazer às necessidades das pessoas e das empresas. Se eles têm forma física, são palpáveis, denominam-se bens tangíveis: veículos, imóveis, estoques de mercadorias, dinheiro, móveis e utensílios (móveis de escritório), ferramentas etc. Os bens incorpóreos, isto é, não palpáveis, não constituídos de matéria, denominam-se bens intangíveis. As marcas que constituem um bem significativo para as empresas e as patentes de invenção são exemplos de bens intangíveis.

Direitos

Direitos são bens da empresa que estão em posse de terceiros, como contas a receber, duplicatas a

receber etc. De maneira geral, são papéis a receber, dão direito de saque.

Obrigações

Obrigações são as dívidas da empresa junto a terceiros, inclusive com o Governo (obrigações fiscais).

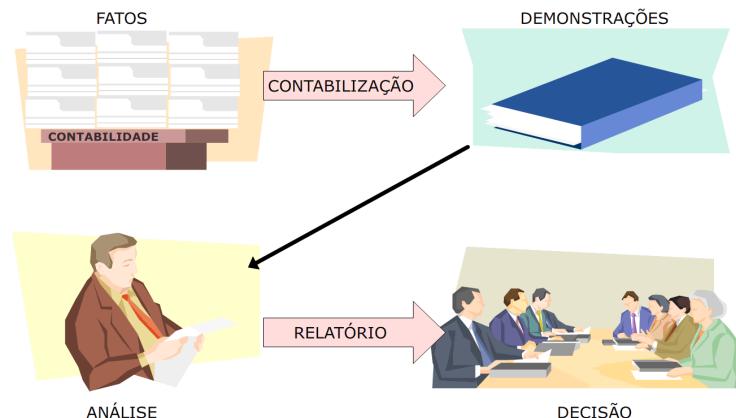
Informações

Informações são subsídios que contribuem para uma boa tomada de decisão.

05

3 - RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS

Um relatório Contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela Contabilidade com o objetivo de relatar aos seus usuários os principais fatos registrados.



06

Tipos de relatórios - O artigo 176 da Lei nº. 6.404/76, alterado pela Lei 11.638, de 28/12/2007, estabelece:

“Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - Balanço Patrimonial;
- II - Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- III - Demonstração do Resultado do Exercício;
- IV - Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- V - se companhia aberta, Demonstração do Valor Adicionado”.

Sendo que:

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é obrigatória:

- Para as empresas que negociam suas ações em Bolsa (Capital Aberto);
- Para as S/A de Capital Fechado que possuírem Patrimônio Líquido superior a R\$2.000.000 (dois milhões de reais);

Por exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as S/A de Capital Aberto apresentam a Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL) em substituição a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA).

Outros relatórios são também utilizados:

- Relatórios da diretoria: informações de caráter não financeiro: expectativa em relação ao futuro; desenvolvimento tecnológico.
- Notas explicativas: complementam as Demonstrações Financeiras.
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) que tem a finalidade de evidenciar a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido (CCL).

O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia o saldo das contas que representam os bens, direitos e obrigações da empresa.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relaciona as receitas, custos e despesas, evidenciando se houve lucro ou prejuízo no período.

A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) evidencia a distribuição/retenção do lucro (dividendos propostos e reservas de lucro).

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) explica a variação ocorrida nas disponibilidades da empresa de um período para outro.

A Demonstração do Valor Adicionado evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, quanto ela adicionou de valor a seus fatores de produção, e de que forma essa riqueza foi distribuída entre empregados, governos, acionistas, financiadores de capital e quanto ficou retido na empresa.

07

RESUMO

A contabilidade tem a função básica de fornecer informações que auxiliem o processo de tomada de decisão por pessoas interessadas na situação econômica e financeira da empresa, tais como acionistas, empregados, governo, concorrentes, financiadores etc.

A análise de balanços tem a finalidade de extrair informações das demonstrações financeiras, buscando

subsídios que auxiliem no processo de tomada de decisão, identificando sua liquidez, seu nível de endividamento, sua lucratividade e sua rentabilidade.

As informações prestadas pela contabilidade são expressas na forma de relatórios. Os relatórios obrigatórios segundo a Lei nº. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), alterada pela Lei 11.638/07 são: Balanço Patrimonial; Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, e a Demonstração do Valor Adicionado.

UNIDADE 1 – OBJETIVO DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MÓDULO 2 – BALANÇO PATRIMONIAL

01

1- BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade. É uma das mais importantes demonstrações contábeis, por meio da qual podemos apurar a situação patrimonial e financeira de uma entidade em determinado momento. Nessa demonstração, estão claramente evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da Entidade.

Segundo a Lei das S/A é composto de duas colunas:

Na coluna da esquerda (à esquerda de quem olha para o Balanço Patrimonial), ou coluna do Ativo, são apresentadas as contas referentes aos bens e direitos da entidade e seus respectivos valores.

"Lei das S/A – A sociedade será designada por denominação acompanhada das expressões "companhia" ou "sociedade anônima", expressas por extenso ou abreviadamente, vedada à utilização da primeira ao final".

Para Carvalho de Mendonça, citado por Amador Paes de Almeida, a sociedade anônima "é aquela em que todos os sócios, denominados acionistas ou acionários, respondem pelas obrigações sociais até o valor em que entraram ou prometeram entrar para a formação do capital social" (Manual das Sociedades Comerciais, São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 1979, p. 181).

Na coluna da direita, ou coluna do Passivo, são apresentadas as contas referentes às obrigações da entidade e também ao seu patrimônio líquido, bem como os valores correspondentes.

Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo
(Bens e direitos)	(Obrigações)

Representação Gráfica do Patrimônio

Bens + Direitos	Obrigações Exigíveis
Bens	Obrigações
Dinheiro	Empréstimos a Pagar
Mercadorias em Estoques	Salários a Pagar
Veículos	Formecedores (Duplicatas a pagar)
Imóveis	Financiamentos
Máquinas	Impostos a Pagar
Ferramentas	Encargos Sociais a Pagar
Móveis e Utensílios	Aluguéis a Pagar
Marcas e Patentes	Títulos a Pagar
Direitos	Promissórias a Pagar
Depósitos em Bancos	Contas a Pagar
Duplicatas a Receber	
Títulos a Receber	
Aluguéis a Receber	
Ações	

A **Lei das S/A** considera o Patrimônio Líquido como parte integrante do passivo. Todavia, o passivo representa as obrigações exigíveis, ou seja, as obrigações com terceiros, enquanto que o Patrimônio Líquido representa as obrigações não exigíveis, ou seja, as obrigações com os proprietários.

02

Pode-se ver o balanço patrimonial de maneira mais simples:

Balanço Patrimonial	
Esquerda	Direita
Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido



Ativo

São todos os bens e direitos controlados pela empresa, avaliáveis em dinheiro, que representam benefícios presentes ou futuros.

São os itens positivos do patrimônio; trazem benefícios, proporcionam ganho para a empresa.

03

2 - CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS

Ao classificarmos as contas no **ativo** devemos ter atenção especial a dois itens:

- **Leasing** - com a alteração da Lei 6.404/76 pela Lei 11.638/07, os bens em processo de arrendamento mercantil devem ser contabilizados como ativo e a dívida com o leasing como passivo.
- **Benefícios Presentes ou Futuros** - títulos a receber de uma empresa falida ou um carro acidentado, são considerados perdas, pois não produzem benefícios presentes ou futuros.

Ao estudarmos o passivo, especial destaque deve ser atribuído ao aspecto da exigibilidade.

Passivo significa as **obrigações exigíveis** da empresa, ou seja, as dívidas que serão cobradas, reclamadas a partir da data do seu vencimento. É denominado também passivo exigível, procurando-se neste caso dar mais ênfase ao aspecto exigibilidade.

É denominado de **Capital de Terceiros**, sendo formado pela soma do **passivo circulante com o passivo exigível a longo prazo**.

04

Patrimônio Líquido – evidencia os recursos dos proprietários que são aplicados no empreendimento. Ao investimento inicial denominamos **Capital Social**. Caracteriza-se por não ser exigível. É denominado de **Capital Próprio**.

O Patrimônio Líquido aumenta a partir de:

- a) novos investimentos efetivados pelos acionistas;
- b) resultado da atividade operacional (lucro).

O **lucro** pertence aos proprietários. É a remuneração do capital investido, embora não seja totalmente retirado da empresa. Após a apuração do lucro ocorre sua destinação:

- Distribuído para os proprietários na forma de dividendos;
- Reinvestido na empresa.

05

3 - ESTRUTURA DO BALANÇO PATRIMONIAL

Com a alteração da Lei 6.404/76 pela Lei 11.941/09, o Balanço Patrimonial passou a ter a seguinte divisão:

ATIVO: CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE, sendo o não circulante subdividido em Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

PASSIVO: CIRCULANTE, NÃO CIRCULANTE E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

Ativo	Passivo
<p>Circulante Compreende contas que estão constantemente em giro – em movimento, sua conversão em dinheiro ocorrerá, no máximo, até o próximo exercício social.</p>	<p>Circulante Compreende obrigações exigíveis que serão liquidadas no próximo exercício social (nos próximos 12 meses após o levantamento do balanço).</p>
<p>Não Circulante Realizável a Longo Prazo Incluem-se nessa conta bens e direitos que se transformarão em dinheiro após o exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia ou da empresa.</p>	<p>Não Circulante (Exigível a Longo Prazo) Relacionam-se nessa conta obrigações exigíveis que serão liquidadas com prazo superior a um ano – dívidas a longo prazo.</p>
<p>Investimento São as aplicações de caráter permanente que geram rendimentos não necessários à manutenção da atividade principal da empresa.</p> <p>Imobilizado Abarca itens corpóreos (tangíveis) de natureza permanente que serão utilizados para a manutenção da atividade básica da empresa.</p> <p>Intangível Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia.</p>	<p>Patrimônio Líquido São recursos dos proprietários aplicados na empresa. Os recursos significam o capital mais o seu rendimento – lucros e reservas. Se houver prejuízo, o total dos investimentos proprietários será reduzido.</p>

06

4 - GRUPO DE CONTAS

Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
Disponível (caixa e bancos)	Contas a pagar

Contas a receber	Fornecedores
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Empréstimos Provisões (13º salário, férias etc...).
(-) Duplicatas descontadas	
Estoques	
Investimentos temporários	
Não circulante	Não circulante
Realizável no Longo Prazo	Exigível no Longo Prazo
Títulos a receber	Financiamentos
Empréstimos às Coligadas/ Controladoras	Títulos a pagar
Empréstimos a Diretores	
Investimentos	Patrimônio Líquido
	Capital Social
Imóvel alugado a terceiros	Reservas de lucro
Participações em outras sociedades	Ações em Tesouraria (conta retificadora)
Imobilizado	Prejuízos Acumulados
Móveis e Utensílios	
Veículos	
Máquinas e equipamentos	
(-)depreciações e exaustões	
Intangível	
Marcas e patentes	
Fundo de Comércio	
(-) amortizações	

Os grupos investimentos, imobilizado e intangível eram conhecidos como ativo permanente.

É importante destacar que o Balanço Patrimonial é uma demonstração estática. Reflete o saldo das contas em determinado momento (normalmente 31/12 de cada ano), sem, contudo explicar o que ocasionou a variação destes saldos de um exercício financeiro para outro.

Existem empresas que apresentam um **ciclo operacional curto** (supermercado), outras com um ciclo operacional um **pouco maior** (indústria naval, construção civil) e outras, nas quais este ciclo é **bastante longo**, como no caso da atividade pecuária (quatro anos). Pela Lei das S/A, se o Ciclo Operacional de uma empresa for superior a um ano, para a classificação de contas no Balanço Patrimonial, passa a ser considerado este ciclo como curto prazo.

A regra geral é: considera-se curto prazo o período de 12 meses ou o Ciclo Operacional, valendo o maior.

Ciclo Operacional

Ciclo Operacional é o período de tempo que uma indústria, por exemplo, leva para produzir seu estoque, vendê-lo e receber as duplicatas geradas na venda, entrando no caixa. É o ciclo produzir/vender/receber.

07

RESUMO

O Balanço Patrimonial reflete patrimônio da empresa (bens, direitos e obrigações) em determinada data sem, contudo, explicar o que provocou a diferença dos saldos de um ano para outro. É uma demonstração estática que reflete a situação financeira da empresa (com exceção da conta prejuízos acumulados que é uma conta econômica).

Ele é apresentado sob a forma de um quadro ou tabela dividido em duas colunas. Na coluna da esquerda, ou coluna do Ativo, são apresentadas as contas referentes aos bens e direitos da entidade e seus respectivos valores. Na coluna da direita, ou coluna do Passivo, são apresentadas as contas referentes às obrigações da entidade e também ao seu patrimônio líquido com seus valores correspondentes.

O ativo é dividido em dois grupos: circulante e não circulante.

O grupo não circulante é subdividido em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

O passivo é dividido em três grupos: circulante, não circulante (exigível a longo prazo) e patrimônio líquido.

Um dos aspectos mais importantes do Balanço Patrimonial é a estrutura do passivo, seu endividamento, dividido em dívidas exigíveis (capitais de terceiros= passivo circulante + passivo exigível a longo prazo) e dívidas não exigíveis (capital próprio = patrimônio líquido).

UNIDADE 1 – OBJETIVO DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS MÓDULO 3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

01

1 - RECEITA E DESPESA

A cada exercício social (normalmente, um ano) a empresa deve apurar o resultado dos seus negócios. Para saber se obteve lucro ou prejuízo, a contabilidade confronta a receita (vendas) com as despesas. Se

a receita foi maior que a despesa, a empresa teve lucro, se a receita foi menor que a despesa, teve prejuízo.

A Receita corresponde, em geral, a vendas de mercadorias ou prestações de serviços. Ela é refletida no balanço através da entrada de dinheiro no Caixa (Receita à Vista) ou entrada em forma de direitos a receber (Receita a Prazo) – Duplicatas a Receber.

A Despesa é todo sacrifício, todo esforço da empresa para obter Receita (todo consumo de bens ou serviços com o objetivo de obter Receita). É um sacrifício, um esforço para a empresa. Ela é refletida no balanço por meio de uma redução do Caixa (quando é paga no ato – à vista) ou mediante um aumento de uma dívida – Passivo (quando a despesa será paga no futuro – a prazo).

A despesa pode, ainda, originar-se de outras reduções de Ativo (além do caixa), como é o caso de desgastes de máquinas (depreciação) e outros.

OPERAÇÕES	A PRAZO	À VISTA
Receita →	+ <i>Dupl. a Receber Ativo</i>	(+) <i>Caixa (encaixe) Ativo</i>
Despesa →	+ <i>Dupl. a Pagar Passivo</i>	(-) <i>Caixa (desembolso) Ativo</i>
Demonstração de Resultado	<i>Balanço Patrimonial</i>	

02

2 - ESTRUTURA DA DRE

A **DRE** é o relatório contábil que tem a finalidade de demonstrar o Resultado (lucro ou prejuízo) do período, bem como, em detalhes, como chegar ao referido Resultado.

A preocupação na elaboração de um Relatório Contábil é a riqueza de detalhes, sem complicações, no sentido de propiciar um maior número de informações para a tomada de decisões. As parcelas dedutivas (subtrativas) são agrupadas de acordo com suas características.

DRE é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses), sendo apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o Resultado (lucro ou prejuízo).

Observe que, enquanto o Balanço Patrimonial é uma demonstração estática (posição em determinada data) a Demonstração do Resultado do Exercício é uma demonstração dinâmica (somatório das receitas e despesas ocorridas entre 01/01 e 31/12).

É importante lembrar que um dos princípios contábeis que regem a apuração do resultado é o da Competência do Exercício. Em decorrência deste princípio as receitas e despesas são contabilizadas na ocorrência do fato gerador, independentemente do recebimento da receita e do pagamento da despesa. Ou seja, ter lucro não significa ter dinheiro.

Se a empresa efetua vendas a prazo em janeiro para receber em 90 dias, o reconhecimento da receita (fato gerador) e um acréscimo em duplicatas a receber ocorrem em janeiro. Desta forma, esta receita irá proporcionar um lucro em janeiro que se converterá em dinheiro somente dentro de 90 dias (fator caixa).



Da mesma forma, temos também na DRE despesas que somente serão pagas em outro momento, mas que influenciaram na apuração do lucro. É importante lembrar que algumas despesas não representam para a empresa sacrifícios financeiros, mas reduzem o lucro. É o caso, por exemplo, das depreciações, amortizações, exaustões e do resultado da equivalência patrimonial.

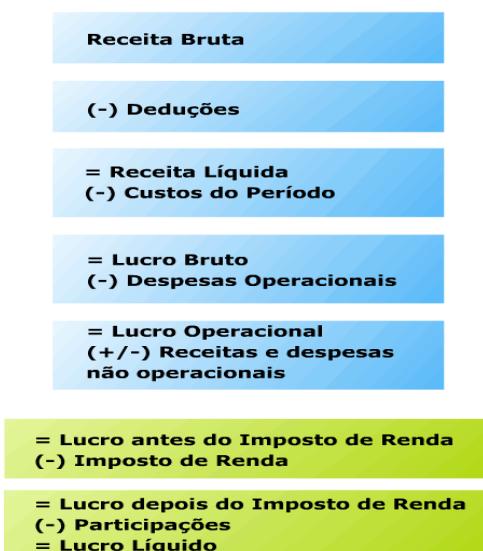
03

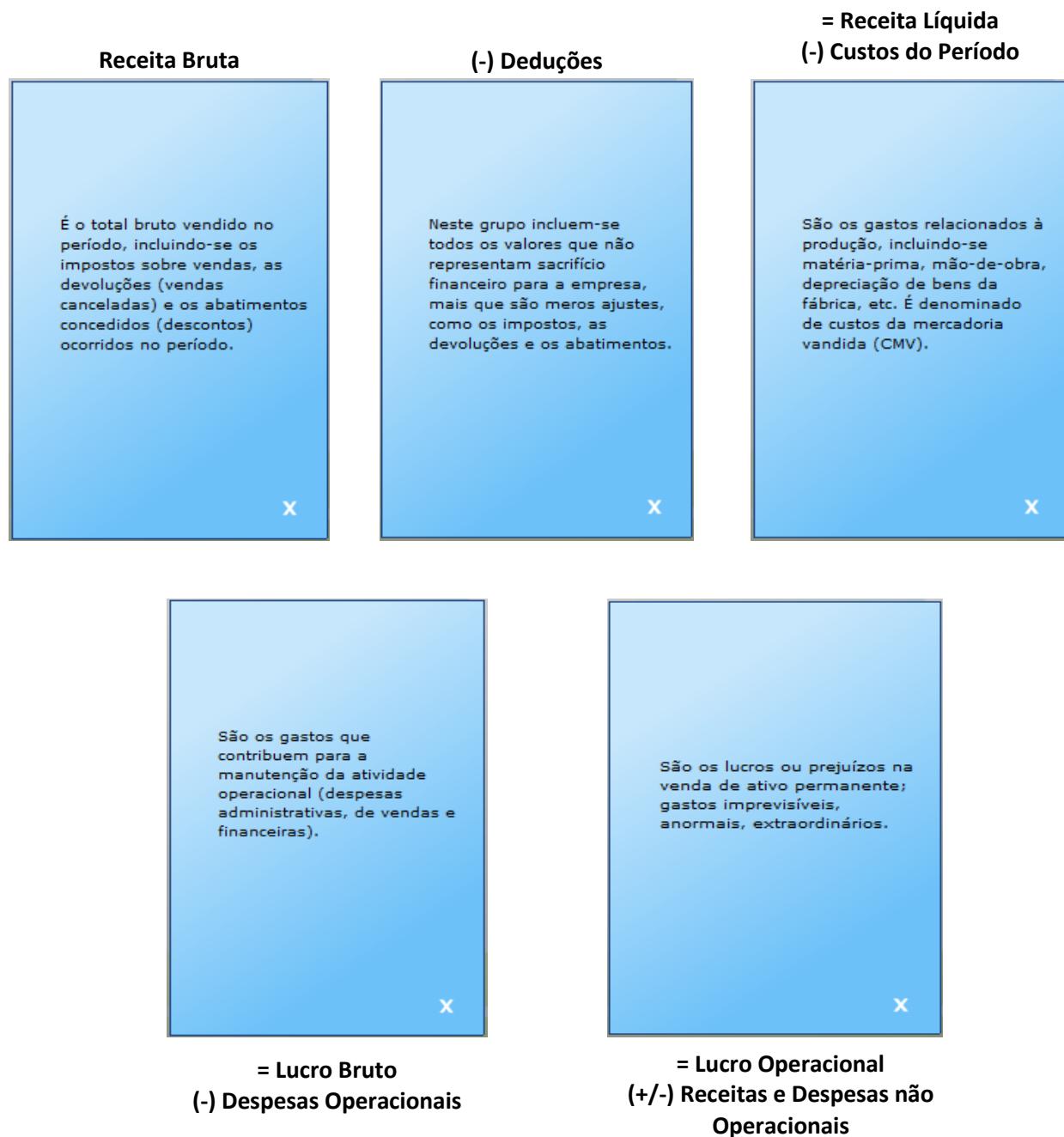
O que pretendemos destacar é que **lucro** é resultado econômico, **não representa necessariamente dinheiro**.

Vamos fazer uma analogia. Você trabalhou em janeiro (fato gerador do seu direito de receber o salário), contudo a empresa irá pagar seu salário somente no quinto dia útil do mês subsequente. Você teve uma receita em janeiro (irá proporcionar um lucro) que somente será recebido financeiramente em fevereiro.

Mas, ainda, você estava devendo o cheque especial, e ao entrar o depósito do salário este não foi suficiente para cobrir o saldo devedor. Apesar do lucro você continua com uma situação financeira negativa.

A estrutura de uma DRE completa e os principais grupos são:





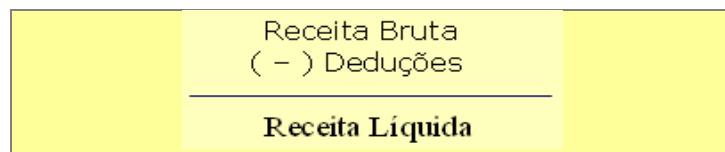
04

3 – COMO APURAR A RECEITA LÍQUIDA

A **Receita Bruta** é o total bruto vendido no período. Nela estão inclusos os impostos sobre vendas (os quais pertencem ao governo) e dela não foram subtraídas as devoluções (vendas canceladas) e os abatimentos (descontos) ocorridos no período.

Impostos e Taxas sobre vendas são aqueles gerados no momento da venda; variam proporcionalmente à venda, ou seja, quanto maior for o total de vendas, maior será o imposto. São os mais comuns:

Sigla	Nome do Imposto
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados (federal).
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (estadual).
ISS	Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (municipal).
PIS	Programa de Integração Social - taxa sobre o faturamento (federal).
COFINS	Contribuição para a Seguridade Social.



Exemplo do cálculo da Receita Líquida

Nota Fiscal	_____	Cia. Balanceada
Preço do Produto		
10.000 + IPI (30%)		3.000
Preço Total		13.000
ICMS incluso no Preço 18% x \$ 10.000 = \$ 1.800		

Receita Bruta	\$ 13.000
(-) Deduções	\$ (4.800)
IPI → \$ (3.000)	
ICMS → \$ (1.800)	
Receita Líquida	\$ 8.200

Exemplo do cálculo da Receita Líquida

Admita-se, como exemplo, que a indústria Cia. Balanceada tenha emitido uma nota fiscal de venda cujo preço do produto seja de \$ 10.000 mais 30% de IPI. O ICMS está incluso no preço do produto:

4 - COMO APURAR O LUCRO BRUTO

Entende-se por **lucro bruto** a diferença entre a Receita Líquida e o Custo da Mercadoria Vendida ou do Serviço Prestado.

Antes de continuarmos vamos identificar a diferença entre **despesa** e **custo**.

Exemplo de **diferenciação no tratamento de custo e despesa**.

Em uma indústria custo significa todos os gastos na fábrica (produção): matéria-prima, mão-de-obra, energia elétrica, manutenção, embalagem etc. Despesa significa os gastos no escritório, seja na administração, seja no departamento de vendas, seja no departamento de finanças.



5 - COMO APURAR O LUCRO OPERACIONAL

Lucro Operacional é a diferença entre o Lucro Bruto e as Despesas Operacionais, que são as despesas necessárias para vender os produtos, administrar a empresa e financiar as operações. Enfim, são todas as despesas que contribuem para a manutenção da atividade operacional da empresa.

Os principais grupos de Despesas operacionais são:

- a) **Despesas de vendas** – abrangem desde a promoção do produto até sua colocação junto ao consumidor (comercialização e distribuição). São despesas com o pessoal da área de venda, comissões sobre vendas, propaganda e publicidade, marketing, estimativa de perdas com duplicatas derivadas de vendas a prazo (provisão para devedores duvidosos) etc.
- b) **Despesas administrativas** – são aquelas necessárias para administrar (dirigir) a empresa. De maneira geral, são gastos nos escritórios que visam à direção ou à gestão da empresa. Pode-se citar como exemplos: honorários administrativos, salários e encargos sociais do pessoal administrativo, aluguéis de escritórios, materiais de escritório, seguro de escritório, depreciação de móveis e utensílios, assinaturas de jornais etc.
- c) **Despesas financeiras** – são as remunerações aos capitais de terceiros, tais como: juros pagos ou incorridos, comissões bancárias, correção monetária prefixada sobre empréstimos, descontos concedidos, juros de mora pagos etc.

6 - COMO CALCULAR O LUCRO ANTES DO IR

Ao Lucro Operacional adicionamos as receitas não operacionais e subtraímos as despesas não operacionais, obtendo-se o Lucro Antes do Imposto de Renda.

Consideram-se como não-operacionais as despesas e receitas não diretamente relacionadas com o objetivo do negócio da empresa, como por exemplo, lucro ou prejuízo na venda de ativos permanentes.

O Imposto de Renda não é calculado sobre o lucro contábil (Lucro Antes do Imposto de Renda – LAIR), mas sim sobre o Lucro Ajustado às disposições da legislação do Imposto de Renda, e que se denomina Lucro Real.

Para cálculo do Lucro Real, o LAIR é levado para um livro não contábil reservado exclusivamente para fins fiscais, conhecido como LALUR, isto é, Livro de Apuração do Lucro Real mantido pela empresa para atender a Legislação do Imposto de Renda.

No **LALUR** o lucro contábil sofrerá alguns ajustes, passando para lucro fiscal (ou tributário) e servindo de base para cálculo do Imposto de Renda.

Junto com o Imposto de Renda também é calculada a Contribuição Social, que é uma taxa sobre o lucro (9%) para o governo atender ao auxílio-desemprego e outras finalidades sociais.

Alguns ajustes no lucro - Vamos admitir que um fiscal qualquer passe pela empresa e a autua por sonegação, aplicando-lhe uma multa de \$ 1.000. A empresa paga a multa e deduz como despesa na DRE. Dessa forma, o lucro contábil que seria de \$ 5.000,00 foi reduzido para \$ 4.000,00.

O pagamento da multa e a dedução como despesa na contabilidade provocariam uma redução no pagamento do IR. Dessa forma a empresa estaria pagando menos IR devido a uma punição por sonegação.

Dessa forma, no LALUR, a empresa deverá adicionar ao lucro contábil aquela parcela de R\$ 1.000,00, contabilizada como dedutível, mas conforme o fisco considerada indedutível.

Outras parcelas são adicionadas ao resultado no LALUR para fins do **cálculo do lucro real**: excesso de depreciação e despesas não dedutíveis, entre outras.

Exemplo de cálculo do Imposto de Renda

Demonstração do Resultado do Exercício	
Cia. Exemplo	Em \$ mil
Receita Bruta	58.000
(–) Deduções	
IPI	(3.000)
ICMS	(4.000)
Abatimentos	(1.000)
Receita Líquida	50.000
(–) Custo dos Produtos Vendidos	(18.000)
Lucro Bruto	32.000
(–) Despesas Operacionais	
De Vendas	(6.000)
Administrativas	(12.000)
Financeiras	(8.000)
Lucro Operacional	6.000
(+/-) Receitas/Despesas não Operacionais	
Vendas de Imobilizado com prejuízo	(1.000)
Perdas diversas	(2.000)
Lucro Antes do Imposto de Renda	3.000
(–) Imposto de Renda	?

09

7 - DADOS PARA CÁLCULOS DO LUCRO REAL

- No Custo do Produto Vendido – CPV a empresa calculou a Depreciação das Máquinas e Equipamentos tendo como base 15%, e não 10%, como o Imposto de Renda determina. O valor das Máquinas e Equipamentos é de \$ 60 milhões.
- Consta em Despesa Administrativa uma multa fiscal punitiva no valor de \$ 4 milhões.
- Houve no exercício anterior, um prejuízo de \$3 milhões.

Cálculo do Lucro Real: Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR)

Lucro Contábil (LAIR)	3.000.000
Inclusões:	
5% de excesso de Depreciação x 60.000.000	3.000.000
Multa Fiscal	4.000.000
Subtotal	10.000.000
Exclusões:	
Prejuízo do Exercício Anterior	(3.000.000)
Lucro Real	7.000.000

Provisão para Imposto de Renda : 15% do Lucro Real

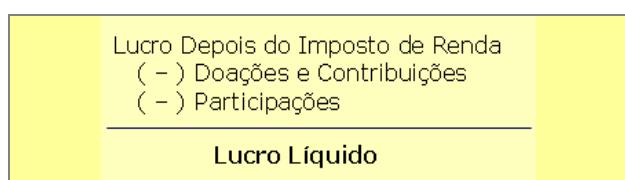
PIR : 15% x 7.000.000

PIR : \$ 1.050.000

Lucro Contábil (LAIR)	3.000.000
(-) PIR - Provisão para Imposto de Renda	(1.050.000)
(=) ? Lucro Depois do Imposto de Renda	1.950.000

10

Como apurar o lucro líquido:



O **lucro líquido** é a sobra líquida à disposição dos proprietários (sócios ou acionistas). Conforme estudado anteriormente, o lucro pertence ao proprietário da empresa, é a remuneração do capital investido. Contudo, o proprietário não pode retirar todo o lucro da empresa, uma parte é distribuída aos acionistas/proprietários na forma de dividendos e o restante é retido na empresa na forma reservas de lucros, conta de patrimônio líquido.

Ano-base e exercício financeiro

Nome : Pedro Silva	Imposto de Renda - Pessoa Física
CPF : 000.000.000-00	Exercício 2007
Declaração de Ajuste Anual	Ano-Calendário 2006

O Imposto de Renda incide sobre o lucro da empresa. Quando a empresa apura no exercício social “X” um lucro de \$ 200.000, declara-se e recolhe-se aos cofres públicos, 15% sobre o lucro (\$ 30.000), no Exercício “X+1”.

O exercício social em que é gerado o lucro (ano X) denomina-se “**Ano-base**”. O exercício social em que se paga o Imposto de Renda (ano X+1) denomina-se “**Exercício financeiro**”.

Ressalte-se que as grandes empresas pagam Imposto de Renda trimestralmente.

Pelo regime de competência, considera-se o Imposto de Renda no período em que foi gerado (Ano-base) e não no período de pagamento (exercício financeiro).

11

RESUMO

A Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo das receitas e despesas incorridas durante o exercício financeiro. É uma demonstração dinâmica, essencialmente econômica que apura o lucro ou prejuízo da entidade.

A receita representa geralmente a venda de mercadorias ou prestações de serviços, e é refletida no balanço por meio da entrada de dinheiro no caixa (receita à vista) ou entrada em forma de direitos a receber (receita a prazo).

A Despesa é todo sacrifício, todo esforço da empresa para obter Receita e é refletida no balanço mediante uma redução do Caixa (quando é pago no ato – à vista) ou mediante um aumento de uma dívida – Passivo (quando a despesa é contraída no presente para ser paga no futuro – a prazo).

A despesa pode, ainda, originar-se de outras reduções de Ativo, como por exemplo, o caso de desgastes de máquinas (depreciação).

A estrutura de uma DRE completa e principais grupos:

- Receita bruta menos as suas deduções;
- Receita líquida menos os custos do período;
- Lucro Bruto menos as suas despesas operacionais;
- Lucro operacional mais as suas receitas e as suas despesas;
- Lucro antes e depois do IR; e
- Lucro líquido.

UNIDADE 1 – OBJETIVO DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
MÓDULO 4 – DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS

01

1 - DLPA E O BALANÇO PATRIMONIAL

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) é obrigatória para as empresas; todavia, deverá ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no caso das Companhias Abertas, conforme exigência da Comissão de Valores Mobiliários.

A DLPA evidencia a distribuição do lucro. Tem a finalidade de realizar a interligação da Demonstração do Resultado do Exercício com o Balanço Patrimonial, uma vez que o lucro apurado na DRE retorna ao BP na forma de dividendos (passivo circulante) ou lucros retidos (patrimônio líquido).



O **Balanço Patrimonial**, como se pode constatar é uma demonstração estática, onde são evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido em uma determinada data.

Balanço Patrimonial

Ativo			Passivo		
	2005	2006		2005	2006
Circulante	1.400	1.100	Circulante	800	600
Caixa	200	300	Fornecedores	800	600
Duplicatas a receber	1.200	800	Impostos a Recolher		
Estoques			Outras dívidas		
Realizável a Longo Prazo			Exigível a Longo Prazo		
Títulos a Receber			Financiamentos		
Permanente	5.600	5.900	Patrimônio Líquido	6.200	6.400
Investimentos			Capital	5.000	5.000

Imobilizado	5.600	5.900	Reservas de Lucro	1.200	1.400
Intangível					
Total	7.000	7.000	Total	7.000	7.000

Podemos verificar os saldos que a empresa tinha no início e no final do período, sem, contudo sabermos as razões das variações.

Pode-se verificar que ao final do ano 2005 o saldo da conta Reservas de Lucro era de \$ 1.200,00 e que ao final do ano 2006 era de \$ 1.400,00. Novamente observa-se o aspecto estático do Balanço Patrimonial, que evidencia os saldos no início e no final do exercício, mas não destaca os motivos da variação.

02

A Demonstração do Resultado do Exercício – a DRE é uma demonstração dinâmica que informa os resultados das operações ocorridas ao longo de um determinado período. Podemos observar o total de vendas ocorrido ao longo de um período, bem como o total de despesas. Não é uma situação estática de um momento, mas a somatória de todas as operações (Receitas e Despesas) no período em análise.

Demonstração do Resultado do Exercício

Cia. Exemplo	Em \$ mil
Receita Bruta	
(-) Deduções	
Receita Líquida	
(-) Custo dos Produtos Vendidos	
Lucro Bruto	
(-) Despesas Operacionais	
Lucro Operacional	
(+/-) Receitas/Despesas não Operacionais	
Lucro Antes do Imposto de Renda	
(-) Imposto De Renda	
Lucro Depois do Imposto de Renda	
(-) Participações	
Lucro Líquido	

O **Lucro Líquido Apurado na Demonstração do Resultado do Exercício** pertence aos proprietários da empresa. Contudo não é totalmente retirado da mesma:

- Parte é distribuída aos proprietários na forma de dividendos, remunerando o capital investido;
- Parte é replicada na empresa, no sentido de fortalecer o Capital Próprio. Esta parcela é conhecida como lucro retido (não distribuído).

Pode-se concluir que o lucro apurado na DRE irá então para o BP, uma parte para o passivo (dividendos a pagar) e outra parte para o Patrimônio Líquido (lucro retido).

Dividendos a pagar

Dividendos a pagar representam uma destinação do lucro do exercício, dos lucros acumulados ou de reservas de lucros aos acionistas da companhia.

Lucro retido

Lucro retido é assim designado quando não é distribuído na forma de dividendos, permanecendo na empresa como reservas de lucros.

03

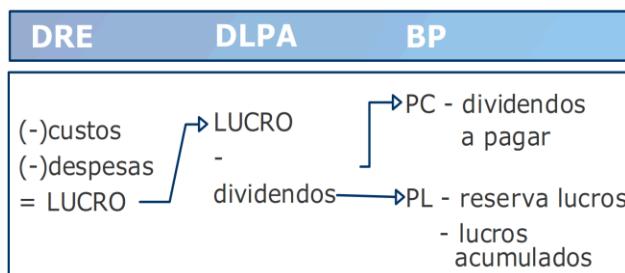
2 - A INTEGRAÇÃO ENTRE O BP E A DRE

O lucro do período pertence aos acionistas. Contudo parcela do lucro é reinvestida na empresa (reservas de lucro) e outra parcela é destinada a remunerar aos acionistas (dividendos) pelo investimento efetuado na empresa.

Assim, após apurar o lucro do exercício, soma-se ao remanescente já existente, fazem-se as destinações específicas, distribui-se em forma de dividendos e dá-se outros tratamentos, tudo num mesmo relatório conhecido como **Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados**, que serve de interligação entre o BP e a DRE.

A partir da entrada em vigor da Lei 11.638/07 não pode haver saldo de lucro na empresa sem uma destinação específica.

O lucro será distribuído aos acionistas (dividendos) ou reinvestido na empresa (reserva de lucro). A conta lucros acumulados deverá apresentar saldo zero.



Estrutura da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados:

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	
Cia. Exemplo	Em \$ mil
Saldo de Lucros Acumulados em 31-12-x0	
(+/-) Ajustes de exercícios anteriores	
(+) Reversões de Reservas	

(+) Lucro Líquido do Exercício x1	
Lucro Total Disponível	
(-) Proposta da Administração para destinação do Lucro	
Reserva Legal	
Reserva Estatutária	
Reserva para Contingência	
Reserva Orçamentária (para expansão)	
Reserva de Lucros a Realizar	
Saldo de Lucros Acumulados em 31-12-x1	

04

Ajustes de Exercícios Anteriores

A nossa legislação estabelece que o Lucro Líquido do Exercício não deve ser influenciado por valores oriundos de outros exercícios. Dessa forma, teremos o Lucro Líquido realmente obtido com as operações num determinado ano.

Encontramos respaldo para esta disposição legal, considerando o princípio de Competência de Exercícios.

Assim, se, por exemplo, constatássemos um erro de soma de cálculo na apuração dos Estoques em X0, não poderíamos considerá-lo na DRE em 19x1 (ano em que o erro foi descoberto), pois estaríamos sendo incoerentes.

A legislação dispõe que, como ajustes de exercícios anteriores, serão considerados apenas:

- os decorrentes de efeitos de mudança de critério contábil (deverão ser indicados em notas explicativas e ressaltados os efeitos);
- retificação de erro imputável a determinado exercício anterior.

Competência de Exercícios

Competência de Exercícios é o que determina que as Receitas e Despesas devem ser contabilizadas no período da ocorrência do fato gerador.

05

3 - PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO

Após a apuração do montante disponível do lucro, será destacada a proposta dos órgãos da administração da companhia, apresentada aos acionistas (Assembléia Geral), sobre a destinação a ser

dada ao Lucro Líquido do Exercício, que é o lucro do período apurado na demonstração do resultado do exercício.

Os órgãos administrativos, da proposta sobre a destinação do lucro apresentado da DLPA, constituem reservas, baseando-se nos estatutos da empresa e na Lei das Sociedades por Ações. Essas reservas originadas do Lucro Líquido do Exercício são denominadas Reservas de Lucros.

Reserva Legal – Do Lucro Líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social.

Poderá, a critério da companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somando ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social.



A **Reserva Legal** tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar Prejuízos ou aumentar Capital.

Reserva Estatutária é aquela prevista nos estatutos da empresa.

O estatuto poderá criar reservas, desde que para cada uma:

1. Indique, de modo preciso e completo, sua finalidade;
2. Fixe os critérios para determinar a parcela anual dos Lucros Líquidos que serão destinados a sua constituição; e
3. Estabeleça o limite máximo de Reservas.

06

Reserva para contingência é aquela em que parte do Lucro Líquido é destinada à formação de Reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da Reserva.

A Reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram sua constituição em que ocorrer a perda.

Reserva Orçamentária (reserva de lucros para expansão) – Parcelas do Lucro Líquido poderão ser retidas para expansão da empresa quando prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembléia Geral.

Reserva de lucros a realizar – Pode haver parte do Lucro Líquido que ainda não foi realizada, financeiramente.

Dessa forma não é justo pagar dividendos sobre a parcela não realizada financeiramente, caso contrário enfraqueceria a situação financeira da empresa.

Esta reserva é optativa.

07

RESUMO

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados evidencia a distribuição do lucro. Tem a finalidade de realizar a interligação da Demonstração do Resultado do Exercício com o Balanço Patrimonial, uma vez que o lucro apurado na DRE retorna ao BP na forma de dividendos (passivo circulante) ou lucros retidos (patrimônio líquido).

O lucro pertence ao acionista que não pode retirá-lo integralmente da empresa. A parcela do lucro distribuída aos acionistas é denominada de dividendos. O lucro não distribuído fica registrado como reservas de lucros.

As reservas de lucro são a legal, estatutária, contingência, orçamentária e de lucros a realizar. Tais reservas são constituídas na forma dos Estatutos e de acordo também com a Proposta da Administração para a destinação do lucro. A Reserva legal é tratada no art. 193 da Lei 6.404/76 e deverá ser constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída obrigatoriamente, pela companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida; ou poderá, a critério da companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somando ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social. Sua utilização está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento do capital social.

A reserva estatutária é constituída por determinação do estatuto da companhia. Essas reservas não podem restringir o pagamento do dividendo obrigatório.

A reserva para contingência, segundo o artigo 196 de Lei 6.404/76 é constituída por proposta dos órgãos da administração, e tem a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. O objetivo de constituição dessa reserva é separar uma parcela de lucros, inclusive com a finalidade de não distribuir como dividendo, o valor correspondente a prováveis perdas extraordinárias futuras.

A reserva orçamentária constitui-se na retenção de lucros para expansão da empresa, quando prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembléia Geral.

A reserva de lucros a realizar é constituída com o objetivo de evidenciar a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente, evitando a distribuição de dividendos de valores não realizados financeiramente.

UNIDADE 1 – OBJETIVO DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
MÓDULO 5 – DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS –
DOAR

01

1 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (DOAR):

A DOAR tem a finalidade de explicar a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido (Capital Giro Próprio) de um ano para outro. Ajuda-nos a compreender como e por que a Posição Financeira mudou de um exercício para outro.

Apesar de não ser obrigatória a DOAR é de grande importância para o planejamento da empresa, pois evidencia a variação do Capital Circulante Líquido (CCL), ou seja, a situação financeira da empresa no curto prazo.



CCL é a diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

Vejamos alguns exemplos:

Ativo	2006	Passivo	2006
Circulante	300	Circulante	200
Não circulante	900	Não circulante	100
Realizável a Longo Prazo	100	Exigível a Longo Prazo	100
Imobilizado	800	Patrimônio Líquido	900
Total	1.200	Total	1.200

Ao final de 2006 o CCL era de R\$100 (AC = \$300 – PC = \$200).

Capital Circulante Líquido

Capital Circulante Líquido é a diferença entre os valores do ativo circulante e do passivo circulante, aquilo de que a empresa efetivamente dispõe para movimentar seus negócios.

Capital Giro Próprio

Capital Giro Próprio – As contas que compõem a necessidade líquida de capital de giro representam operações de curto prazo e de retornos rápidos, sendo totalmente diferentes das contas que compõem o ativo permanente, pois estas resultam de decisões de longo prazo com uma perspectiva bastante lenta para a recuperação do capital investido (SANTI FILHO e OLINQUEVITCH, 1995).

02

Podemos obter este CCL de uma outra forma:

O **passivo não circulante** (exigível a Longo Prazo) e Patrimônio Líquido totaliza R\$1.000,00.

O **ativo não circulante** (realizável a longo prazo e imobilizado) totaliza \$900.

Temos então que: Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido (\$1.000) – Ativo Não Circulante (\$900) = R\$100,00.

Podemos concluir que o CCL de R\$100,00 trata-se de recursos obtidos a longo prazo ou com os proprietários (financiamentos) investidos no ativo circulante. Vejamos:

O **Patrimônio Líquido** no valor de R\$900,00 financiou totalmente o Ativo Não Circulante Imobilizado no valor de R\$800,00. Sobraram, ainda, \$100 que foram aplicados no Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo (R\$100,00). Sobraram então R\$100,00, do Passivo não circulante (Exigível a Longo Prazo), que foram aplicados no ativo circulante.

Ativo	2006	Passivo	2006
Circulante	300	Circulante	200
		Não circulante	100
		Exigível a Longo Prazo	100
Não circulante	900	Patrimônio Líquido	900
Realizável a Longo Prazo	100		
Imobilizado	800		
Total	1.200	Total	1.200

Vejamos outro exemplo:

Podemos concluir que o CCL de – R\$100,00 trata-se de recursos obtidos a curto prazo (passivo circulante) aplicados no ativo não circulante. Vejamos:

O **Patrimônio Líquido** no valor de R\$800,00 foi utilizado para financiar o Ativo Não Circulante Imobilizado no valor de R\$900,00.

Para complementar o financiamento do Ativo Não Circulante Imobilizado, faltaram, ainda, R\$100,00 que foram obtidos no Passivo Não Circulante (Exigível a Longo Prazo.)

Para financiar o Ativo Não Circulante realizável a longo prazo, foram obtidos R\$100,00 por meio de dívidas de curto prazo (passivo circulante).

O que temos são dívidas de curto prazo (R\$100,00) utilizadas para financiar o ativo não circulante.

Ativo	2006	Passivo	2006
Circulante	200	Circulante	300
Não circulante		Não circulante	100
Realizável a Longo Prazo	100	Exigível a Longo Prazo	100
Imobilizado	900	Patrimônio Líquido	800
Total	1.200	Total	1.200

Vejamos outro exemplo:

Ativo	2006	Passivo	2006
Circulante	200	Circulante	300
Não circulante	1.000	Não circulante	100
Realizável a Longo Prazo	100	Exigível a Longo Prazo	100
Imobilizado	900	Patrimônio Líquido	800
Total	1.200	Total	1.200

03

2 - COMO ELABORAR A DOAR

Consideram-se **Origem** as operações que geram aumento de **CCL**, e como **Aplicação** as que provocam uma diminuição do **CCL**.

Entende-se como não circulante:

- Ativo Não Circulante: Realizável a Longo Prazo; Investimentos, Imobilizado e Intangível.
- Passivo Não Circulante (Exigível a Longo Prazo); e
- Patrimônio Líquido.

Na elaboração da DOAR devemos analisar as variações ocorridas no grupo não circulante e no Patrimônio Líquido, visto que as operações cujos reflexos ocorrem dentro do grupo circulante não afetam o CCL.

Exemplificando:

Ativo	2006	Passivo	2006
Circulante	100	Circulante	70
Não circulante	1.100	Não circulante	330
Realizável a Longo Prazo	200	Exigível a Longo Prazo	330
Imobilizado	900	Patrimônio Líquido	800
Total	1.200	Total	1.200

A empresa possui \$100 de ativo circulante e R\$70,00 de passivo circulante, seu CCL (AC – PC) será de R\$30,00.

Caso a empresa compre estoque a prazo no valor de R\$50,00 teremos um aumento no ativo circulante de R\$50,00 pela entrada do estoque e um aumento simultâneo no passivo circulante (fornecedores).

Neste caso, o ativo circulante passará para R\$150,00 e o passivo circulante para R\$120,00 mantendo o CCL em R\$30,00.

Observe que esta operação foi totalmente lançada nos grupos circulantes (ativo circulante e passivo circulante).

Caso a compra fosse à vista, teríamos um aumento no ativo circulante (estoque) e uma redução simultânea do ativo circulante pela saída de recursos do caixa da empresa, mantendo o CCL em R\$30,00.

Se a empresa obtém um empréstimo de longo prazo para capital de giro, temos um aumento no ativo circulante (entrada de recursos no caixa) e um aumento no passivo não circulante (exigível a longo prazo), alterando desta forma o CCL.

Podemos concluir que somente ocorre alteração no CCL quando um dos lançamentos ocorre nos grupos circulantes (ativo circulante ou passivo circulante) e o outro ocorre nos grupos não circulantes (ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível), passivo não circulante (exigível a longo prazo) e patrimônio líquido).

É importante observar que as operações “fechadas” dentro do grupo não circulante e patrimônio líquido não afetam o CCL, contudo devem ser evidenciadas na DOAR.

Exemplo.

Exemplo

Exemplo **Aquisição de veículos por meio de financiamento de longo prazo**. Ocorre um aumento no **ativo não circulante imobilizado** (veículos) e um aumento no **passivo não circulante** (exigível a longo prazo).

Esta operação não afetou o CCL, mas deve ser evidenciada na DOAR uma origem (financiamento de longo prazo) e uma aplicação (aquisição de veículos).

Considere uma empresa com o seguinte Balanço Patrimonial:

Empresa Exemplo S/A						
Ativo	2005	2006	Passivo	2005	2006	
Circulante	200	300	Circulante	150	200	
Disponível	100	120	Fornecedores	80	120	
Estoque	60	80	Salários a pagar	40	40	
Duplicatas a receber	40	100	Duplicatas a pagar	30	40	
Não circulante	600	900	Não circulante	50	30	
Realizável a Longo Prazo	120	70	Exigível a Longo Prazo	50	30	
Empréstimos a receber	120	70	Financiamentos	50	30	
Investimentos	80	40	Patrimônio Líquido	600	970	
Participações	80	40	Capital Social	550	900	
Imobilizado	400	790	Reservas de Lucro	50	70	
Máquinas e equipam.	400	790				
Total	800	1.200	Total	800	1.200	

Analizando o Balanço Patrimonial , podemos afirmar que:

- O CCL (2005) = R\$50,00, pois AC = 200 e PC = 150;
- O CCL (2006) = R\$100,00, pois AC = 300 e PC = 200.
- Variação ocorrida no CCL = R\$50,00.

A finalidade da DOAR

A finalidade da DOAR é explicar o que provocou este acréscimo de R\$ 50,00 no Capital Circulante Líquido. Vamos analisar as variações ocorridas nos grupos não circulantes.

a) Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo – ARLP:

O **ARLP**, composto por Empréstimos a Receber, no início de 2006 (final de 2005) era de R\$ 120,00 e ao final de 2006 era de R\$ 70,00. Como diminuiu o direito a receber, podemos supor que a empresa recebeu R\$50,00. O recebimento dos recursos gera uma entrada de dinheiro para a empresa, aumentando em consequência o CCL.

Houve uma origem de recurso de R\$50,00.

b) Ativo Não Circulante Investimento – Inv:

O **APInv**, composto por Participações em outras empresas, no início de 2006 (final de 2005) era de R\$ 80,00 e ao final de 2006 era de \$ 40. Como diminuiu o ativo, podemos supor que a empresa vendeu parte de suas participações que estavam contabilizadas por R\$40,00. O recebimento dos recursos gera uma entrada de dinheiro para a empresa, aumentando em consequência o CCL.

Houve uma origem de recurso de R\$40,00.

c) Ativo Não Circulante Imobilizado – Imob:

O **Imob**, composto por Máquinas e Equipamentos, no início de 2006 (final de 2005) era de R\$ 400,00, e ao final de 2001 era de R\$ 790,00. Como aumentou o ativo, podemos supor que a empresa comprou máquinas e equipamentos no valor de R\$ 390,00. A compra, à vista, provoca uma saída de recursos, diminuindo em consequência o CCL. (não está sendo considerada a redução do valor do bem por depreciação).

Houve uma aplicação de recurso de R\$390,00.

d) Passivo Exigível a Longo Prazo:

O **Passivo** representa as dívidas da empresa com terceiros. No caso analisado, a empresa, no início de 2006 (final de 2005) possuía dívidas de longo prazo no valor de R\$ 50,00 e ao final de 2006 essas dívidas passaram para R\$ 30,00. Como diminuiu a dívida, podemos supor que a empresa pagou parte de suas obrigações com terceiros, no valor de R\$20,00. O pagamento da dívida gera uma saída de dinheiro para a empresa, diminuindo em consequência o CCL.

Houve uma aplicação de recurso de R\$20,00.

e) Patrimônio Líquido – PL

O **Patrimônio Líquido** representa o recurso do proprietário investido na empresa. Também chamado de Capital Próprio, representa as obrigações da empresa com os proprietários, caracterizando-se, porém, por ser uma dívida não exigível enquanto a empresa estiver em continuidade.

O PL teve uma variação (aumento) de R\$ 370,00 (R\$970,00 – R\$600,00). Como aumentou a dívida da empresa, podemos afirmar que existem mais recursos do proprietário na empresa, ou seja, o proprietário “emprestou” recursos para a empresa, ocasionando uma entrada no valor de R\$ 370,00.

Houve uma origem de recurso de R\$370,00.

A Doar

1. Capital Circulante Líquido no início de 2006	50
2. Origens de C.C.L. em 2006	460
Redução do Ativo Realizável a Longo Prazo	50
Redução do Ativo Não Circulante Investimento	40
Aumento do Patrimônio Líquido	370
3. Aplicações de C.C.L. em 2006	410
Aumento do Ativo Não Circulante Imobilizado	390
Redução do Passivo Exigível a Longo Prazo	20
4. Capital Circulante Líquido ao final de 2006	100

05

3 - ESTRUTURA COMPLETA A DOAR

Costumamos afirmar que o aluno tem três formas de obter recursos (origem) para financiar seus estudos:

- 1) Trabalhando. O valor do seu trabalho é expresso por sua remuneração que pode ser visualizada em seu contracheque;
- 2) Pode pedir dinheiro a seus pais; e
- 3) Pode solicitar dinheiro a terceiros (empréstimos ou vender seus bens).

Fazendo uma analogia com a empresa, podemos dizer que as três principais origens de recursos são:

- 1) Sua atividade operacional (o contracheque da empresa é a DRE);
- 2) Com os acionistas (pais da empresa); e
- 3) Com terceiros (empréstimos ou pelo recebimento da venda de bens).

Das operações – O resultado da atividade operacional da empresa é expresso na Demonstração do Resultado do Exercício, o Lucro Líquido.

Contudo existem valores que influenciam na apuração do lucro na DRE, mas cujos reflexos são não operacionais ou não afetam o CCL.

O Resultado não operacional (positivo ou negativo) deve ser ajustado ao lucro líquido e considerado nas origens/aplicações de terceiros (conforme o caso), pois buscamos no momento o resultado provocado pelas atividades operacionais.

Outros valores influenciam o lucro líquido apurado na DRE, mas não afetam o CCL. É o caso do Resultado com Equivalência Patrimonial (cujo reflexo é no Ativo Não Circulante Investimento) e as depreciações (cujo reflexo é no Ativo Não Circulante Imobilizado).

06

Dos acionistas – Quando o acionista integraliza Capital ocorre um aumento no Patrimônio Líquido (Capital Social) e um aumento no Ativo. É claro que o aumento de Capital Social pode ocorrer por reversão de reserva de lucro. Esta visualização será possível através da Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido. Para fins deste estudo consideraremos que o aumento de capital social será por integralização de Capital.

De terceiros – A empresa pode buscar recursos com terceiros através, por exemplo, de aquisição de novos empréstimos. Esta operação provocará um aumento no passivo exigível, tendo como contrapartida um aumento no ativo.

Pode, também, vender seus ativos não circulantes, o que provocará um aumento de ativos (pela entrada do recurso ou do direito a receber).

Verifica-se, então, que as origens de terceiros pode ocorrer pelo aumento do passivo não circulante ou pela diminuição do ativo não circulante.

Aplicações – As empresas podem aplicar seus recursos no pagamento das dívidas, o que provocará uma redução do passivo não circulante, ou na compra de ativos, o que provocará um aumento do ativo não circulante. Exemplo:

07

Exemplo: Considere as demonstrações contábeis abaixo e atente para o fato de que não houve distribuição do lucro (dividendos):

Balanço Patrimonial					
Ativo	2005	2006	Passivo	2005	2006
Circulante	800	1.130	Circulante	300	400
Disponível	200	380	Contas a pagar	300	400
Duplicatas a receber	600	750			
Não circulante	700	1.120	Não circulante	300	750
Realizável a LP	-	-	Exigível a LP	300	750
Investimentos	200	200	Financiamentos	300	750
Imobilizado	500	920	Patrimônio Líquido	900	1.100
			Capital Social	800	800
Diferido	200	200	Reservas de Lucro	100	300
Total	1.500	2.250	Total	1.500	2.250

Demonstração do Resultado do Exercício – 2006		Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados - 2006	
Receita	1.100	Lucros Acumulados	0
(-) Despesa	(900)	+ Lucro do mês	200
= Lucro Líquido	200	Reserva de Lucro	-200
		= Saldo de lucros acumulados	0

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

1. Capital Circulante Líquido no início de 2006 (final de 2005)	500
2. Origens de Capital Circulante Líquido em 2006	650
2.1. Das Operações	200
Lucro Líquido	200
2.2. Dos Acionistas	-
2.3. De Terceiros	450
Financiamentos	450

3. Aplicações de Capital Circulante Líquido em 2006	420
Aquisição de imobilizado	420
4. Capital Circulante Líquido no final de 2006	730

Pela análise da DOAR podemos observar que:

- a) houve uma variação de R\$230,00 no CCL;
- b) a empresa obteve recursos por meio de sua atividade (lucro de \$200) e por financiamentos (\$450). Parte dos recursos foi aplicada na aquisição de imobilizados (R\$420,00) e a diferença (R\$650,00 - R\$420,00 = R\$230,00) ficou aplicada no ativo circulante, aumentando o Capital Circulante líquido.

08

RESUMO

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos tem a finalidade de evidenciar a variação do Capital Circulante Líquido (diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante).

As operações que provocam alteração no capital circulante líquido são aquelas nas quais ocorre um dos lançamentos no grupo circulante do (ativo circulante e passivo circulante) e o outro lançamento ocorre nos grupos não circulantes e no patrimônio líquido do balanço patrimonial.

A análise permite identificar onde a empresa obtém recursos (origens/financiamentos) e onde ela aplica/ investe estes recursos (aplicações).

De forma geral, temos:

Aumento no ativo não circulante: aplicação de recursos (ocorre uma saída de recursos para a compra dos ativos).

Redução no ativo não circulante: origem de recursos (entrada de dinheiro em função da venda dos ativos).

Aumento do Passivo não circulante e do Patrimônio Líquido: origem de recursos (obtenção de novos empréstimos ou suporte de recursos pelos acionistas).

Redução do Passivo não circulante e do patrimônio líquido: aplicação de recursos (pagamento dos empréstimos).

D.O.A.R	Aumento	Redução
Ativo não circulante	Aplicação	Origem
Passivo não circulante e patrimônio líquido	Origem	Aplicação